

MEMÓRIAS LOCAIS, TRADIÇÕES E PRODUÇÃO DOS SABERES: EDUCAÇÃO E HISTÓRIA

*José Adilçom Campigoto**

Resumo

Este artigo faz um estudo sobre narrativas, imagens e poemas referentes ao rio Paraná, buscando compreendê-los a partir das tradições sobre os rios, as águas, a fronteira, a estatuária e as formas de produção dos saberes nas salas de aulas da região oeste do Paraná. Parte-se de uma atividade de ensino realizada de forma interdisciplinar em que se utilizaram contos europeus como material de trabalho para o ensino de Português e História. Neste texto, procura-se demonstrar a importância do uso de histórias locais para as atividades escolares, pois elas representam um potencial inexplorado para a construção do conhecimento e uma forma de evidenciar as nossas tradições.

Palavras-chave: Produção do saber, hermenêutica, história.

Vivemos contando histórias de outros lugares, porque ignoramos as nossas. Esta foi a sensação que tive durante os trabalhos de supervisão de estágio no Colégio Castelo Branco, localizado no município de Santa Helena, no oeste do Paraná, região da fronteira entre o Brasil e Paraguai. Ali, no início de 1998, deparei-me com um trabalho interdisciplinar muito interessante com as disciplinas de Língua Portuguesa e História. Os alunos da quinta série haviam pesquisado, recortado vários textos e

* Professor de Prática de Ensino em História III da Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon (PR).

produzido outros, sobre narrativas populares. Depois disso, tinham organizado um mural bastante amplo, que ocupava boa parte da parede do corredor. Notei que escolheram historietas como a da Branca de Neve, a do lobisomem e do Gato de Botas, lendas européias, apesar de haverem agregado os contos do saci, da cuca e da mula-sem-cabeça.

Aquela exposição, tão bem arranjada e, até certo ponto, didaticamente inovadora, atraía os alunos e professores que por ali passavam. Aquela estratégia para chamar a atenção dos transeuntes fez-me refletir sobre as dinâmicas, as formas e os lugares da produção e reprodução do conhecimento, um dos temas freqüentemente debatidos nos cursos de licenciatura existentes em nossas universidades. As narrativas escolhidas, no entanto, surpreenderam-me porque a escola localizava-se a poucos metros das margens do rio Paraná, se considerarmos que o lago ali existente é o antigo rio, ampliado devido ao represamento das suas águas para a construção da barragem de Itaipu.

Sabemos da existência de centenas de narrativas sobre esse curso de águas e, por esse motivo, esperava encontrar algum conto referente ao lago ou ao rio. Decepcionei-me ao constatar que espaço algum lhe foi concedido naquela exposição.

Consideremos que as antigas narrativas do rio são quase inteiramente desconhecidas, com poucas pesquisas, até o momento, sobre o tema. Ocorreu-me, então, a interrogação que Milan Kundera fez no seu livro *A insustentável leveza do ser*: “Por que será que as histórias bonitas sempre acontecem em uma terra distante?”

Recolher e expor lendas européias às margens de um rio repleto de fábulas é uma atitude que provoca alguns questionamentos. Pode ser, por exemplo, que esse comportamento lindeiro não se deva somente aos cenários das terras desconhecidas que geram o ambiente para qualquer boa história, mas também ao conhecimento disponibilizado em nossas escolas, produzido em paragens longínquas, no caso, as lendas da Europa.

Aparentemente, a diferença entre recolher historietas narradas pelos europeus, pelos indígenas e pelas populações nativas é pequena. Supõe-se, talvez, que o saldo para a produção do saber, num e noutro caso, seria apenas a instrumentalização dos alunos para o trabalho com o recolhimento de fontes. Esse exercício de coleta de material, com efeito, é uma habilidade fundamental a ser desenvolvida nas escolas,

sobremaneira, no âmbito da formação de alunos pesquisadores. Nesse caso, porém, se os alunos recolhessem as historietas da região, num largo prazo, o material recolhido – principalmente, quando se faz a sua divulgação – poderia fazer uma grande diferença já que se trabalharia com assuntos locais, pouco conhecidos e não divulgados. Objetos dessa ordem suscitariam a produção de novos conhecimentos, pois, ao contrário das narrativas conhecidas, estas ainda não tiveram as suas possibilidades testadas.

Voltando à universidade, comentei essas idéias com os estagiários nas minhas aulas de Prática de Ensino. Meu impulso primeiro foi contatar os professores daquela escola e discutir tais idéias, porém a estratégia revelou-se improdutivo porque nem mesmo os estagiários, alunos do quarto ano de História, conheciam as antigas narrativas do rio. Era preciso, então, um trabalho de longo prazo: recolher e reunir algumas amostras para tornar a proposta algo mais palpável. Surgiu então a chance de apresentar um projeto de pesquisa ao Colegiado de Curso, a fim de alcançar este objetivo.

Dessa forma surgiu o projeto “Hermenêutica de fronteira: o espaço cotidiano”,¹ cujo objetivo era localizar e recolher materiais diversos a respeito do rio Paraná. No período de duração do projeto, entre os anos 2000 e 2002, fizemos uma listagem do material encontrado, especificando a sua localização.² O resultado do trabalho está disponível no Centro de Pesquisa e Estudos Latino-Americanos (Cepedal), no campus de Marechal Cândido Rondon da Unioeste. É uma espécie de banco de dados sobre textos das mais variadas ordens, tais como: artigos de jornais, livros, revistas, capítulos de livros, escritos propagandísticos, teses, dissertações, monografias, músicas e poesias sobre o rio Paraná.

Num primeiro relance do olhar, as poesias me chamaram a atenção porque me pareceram, entre todos os escritos, os menos conhecidos, uma vez que era mais raro encontrá-las nas bibliotecas; isto é, encontrei exemplares duplicados dos outros tipos de textos em várias bibliotecas, mas publicações contendo poemas eram raras. A constatação da raridade dos escritos poéticos provocou a escrita deste artigo, mas, antes de refletir sobre os poemas do rio, farei alguns comentários sobre o curso das águas, o material encontrado e a perspectiva teórica da pesquisa.

O saber local e a produção do conhecimento

Um curso de águas não é um objeto simples, e quem duvidar dessa afirmação pode comprová-la facilmente. Basta para isso indagar a qualquer pessoa encontrada fortuitamente o que é um rio. A resposta costuma ser: um rio é um rio; mas isto ocorre em meio a um surpreendente vacilo ou a um estranho desconcerto. Talvez as pessoas inquiridas questionem-se: por que estão fazendo-me essa pergunta? Serão tão estúpidos a ponto de não saber algo assim elementar ou estarão fazendo-a para colocar-me em apuros?

Esse comportamento geral evidencia que o termo “rio” é um dado na nossa cultura, ou seja, para nós, da tradição ocidental, rio é uma dessas palavras, e são milhares delas, que utilizamos sem investigar-lhe o sentido. Não deveríamos estranhar que os alunos do Castelo Branco tivessem montado um painel sem discutir a origem das historietas recolhidas. Ora, ninguém pode interrogar o sentido de todas as palavras que utiliza. Assim, estamos acostumados a escrever e pesquisar sobre temas e temas sem adentrar no sentido, ou seja, sem investigar a sua historicidade.

O termo “rio”, para nós, parece algo bem evidente, mas nem sempre foi assim. Para os indígenas, por exemplo, o próprio nome Paraná significava algo próximo a “grande quantidade de água” ou “água grande como o mar”. Da mesma forma, o nome do seu afluente, o Iguaçu, quer dizer grande água, indicando que os povos indígenas tinham outras maneiras de classificar o mundo aquático. Dizemos, então, que o rio da fronteira acontece dentro de antigas tradições, sem as quais não poderíamos compreendê-lo porque há uma variedade de sentidos nos quais e pelos quais um curso de águas qualquer se torna compreensível.

Considero que o estudo dessas tradições seja algo fundamental a fim de evitar tomar as coisas como dadas, ou seja, sob a forma de elementos anistóricos. A investigação dos sentidos acumulados – o reconhecimento do mundo da pré-compreensão – torna evidente que os sentidos completam-se a partir das coisas preconcebidas, mas seu procedimento não visa à construção de um “mapa” das formas pelas quais os sujeitos criam os sentidos para os objetos. Trata-se, primordialmente, de que cada um de nós, como intérpretes, possamos perceber-nos e deixar evidente aos outros que as coisas ditas e escritas por nós dependem das tradições nas quais nos movimentamos.

Essa posição teórico-metodológica, fundamentada nas reflexões de Gadamer (1993),³ fora adotada por mim desde o final da década de 1990. Quando iniciei minhas pesquisas sobre o rio Paraná e visitei a escola, em Santa Helena, já havia estudado algumas tradições dos rios. Sabia, por exemplo, que na antiga tradição greco-romana costumava-se representá-los por meio da figura de anciãos, geralmente, recostados e *seminus* e que tais imagens eram elaboradas seguindo o padrão clássico da pintura e da escultura. Estátuas desse tipo foram esculpidas em Roma, no século XVII, para simular alguns dos “grandes” rios da terra, tais como o Prata, o Nilo, o Ganges e o Danúbio. Grandes rios eram assim representados, nem todos pelo seu tamanho ou pelo volume de suas águas, mas sim pelo efeito dos sentidos que lhes foram imputados e das coisas ditas, escritas, esculpidas e pintadas sobre eles.

Refleti que o significado dessas figuras de idosos pode, entre outras coisas, relacionar-se à idade dos cursos de águas que, comparada ao tempo de existência de um ser humano, é muito longa. O principal aspecto consiste em que o uso de imagens para representar entidades e objetos é uma forma de linguagem, ou seja, de expressão dos sentidos. O costume de associar o rio a um idoso era comum na Europa mediterrânea desde épocas muito remotas, o que, no Brasil, justifica-se pela presença dos povos oriundos do continente europeu.

Durante o regime imperial, por exemplo, a corte brasileira mandou erigir um monumento a D. Pedro I.⁴ Trata-se de uma estátua do imperador montado a cavalo, aos pés da qual encontram-se as quatro alegorias representando os quatro grandes rios do império. O rio Paraná, então, foi representado sob a forma de um casal de indígenas, o que indica uma modificação estética na tradição, porque a silhueta do idoso foi substituída pela imagem de um casal jovem, e o rosto clássico, trocado por fisionomias indígenas. Evidentemente, essas imagens expressam conteúdos diferentes, podendo indicar até mesmo oposição já que a velhice pode representar os momentos finais de uma vida ou a experiência e o saber acumulados. A imagem de um moço acompanhado de uma mulher jovem pode significar a promessa de uma nova existência. Digo promessa porque o Paraná não foi representado por meio da figura de uma criança, o que implicaria o sentido do já existente, isto é, o casal poderia ter filhos, mas, se a imagem fosse de criança, acabaria a expectativa de um novo ser, pois ele já existiria; a expectativa seria tão-

somente o seu desenvolvimento. A estátua de uma criança ou de um jovem indígena poderia significar um rio surgido há pouco tempo. Assim, o rio apareceu como um casal jovem, esboçando a promessa e a expectativa de uma nova realidade, isto é, a era do império no Brasil. A imagem do casal aponta para o futuro do país e do rio, assim como a exposição dos alunos; nada aponta para história do rio.

As estátuas que representam o rio Paraná podem parecer o resultado de uma prática esquecida e perdida no tempo, mas a exposição feita pelos alunos do Colégio Castelo Branco move-se na mesma tradição, ou seja, num horizonte de compreensão no qual as nossas coisas são desprovidas de história, como o jovem casal na expectativa de ter um filho. Diferentemente dos povos europeus que representavam seus rios como anciãos, símbolo do saber acumulado, ou, no mínimo, de uma longa trajetória de vida, para nós, o rio pode ser uma promessa, ou, pior ainda, uma entidade sem história. Note-se, porém, que a tradição de representar como figura do humano juntou-se à tradição hegeliana, pois, aplicando-se a filosofia da Hegel ao desenvolvimento histórico, o continente americano restaria fora da história.

A leitura desses dados com base na proposta gadameriana resultou na percepção de que o costume de representar os rios por meio de estátuas pode parecer uma forma exótica de linguagem, um saber esquecido e perdido no tempo, ou mesmo uma prática desprovida de utilidade num mundo globalizado e atravessado por incontáveis fluxos de informações. A pesquisa, o registro e as reflexões sobre essas tradições, no entanto, são de fundamental importância porque, apesar de ser raro, hoje, alguém representar os rios por meio de estátuas e de parecer que a tradição perdeu-se no tempo, basta abrir os livros de história ou geografia, destes utilizados atualmente no oeste paranaense, para encontrar enunciados do tipo: “o rio Paraná estabelece os limites do município de Marechal Cândido Rondon com a República do Paraguai” (SAATKAMP, 1994).

Ora, sabemos que nenhum rio estabelece fronteira alguma; se alguém o faz, são os seres humanos. Nós fazemos as fronteiras, apesar do argumento de que certas espécies de animais delimitam seus territórios, pois talvez este seja apenas um artifício utilizado para justificar uma prática considerada como natural. Podemos igualmente pressupor que o costume de atribuir vida aos seres inanimados (SOARES, 1942) é comum

em nossa cultura, especialmente no meio literário, e que a prática de conferir-lhes uma *anima* é conhecida como uso de figura de linguagem, no caso, a personificação. O uso da linguagem figurada é admissível, legítimo e difícil de ser evitado, mesmo assim não é uma prática tranquilamente aceitável em qualquer situação ou em todos os estilos lingüísticos. Se, por exemplo, encontrássemos escrito em um livro didático certos enunciados do tipo “o rio escreve a história do oeste do Paraná”, “o rio Paraná fez a disputa pela linha da fronteira”, ou ainda “o rio fala, pensa e escreve tratados de limites”, certamente, julgaríamos que eles estariam deslocados. Diríamos que melhor seria colocá-los em algum texto de ficção ou de poesias.

O enunciado “o rio estabelece a fronteira”, no entanto, dificilmente provoca algum questionamento e nos parece tão comum quanto o próprio conceito de rio e de terra sem história. Logicamente, faz sentido porque o verbo “estabelecer” significa tornar firme, dar estabilidade, fixar e tornar duradouro, mas disto não resulta que o rio, em si, torne as fronteiras estáveis, uma vez que tal função não é delegada ou atribuída aos rios localizados fora das regiões de fronteiras. O Amazonas, por exemplo, não estabelece nenhuma fronteira entre países.

Talvez haja uma poética da fronteira, mas podemos dizer que a linguagem do rio que estabelece limites entre países é tranquilamente aceitável dentro de uma tradição muito antiga na qual o rio era representado sob formas personificadas de anciãos, de indígenas e de casais. Por isso, a representação do rio Paraná sob a forma de um casal não necessita ser considerada como um arroubo da originalidade do escultor. Os egípcios e gregos associavam casais de divindades aos rios. Na Grécia antiga havia um conjunto de narrativas sobre oceanos e Tétis, os pais de todos os rios. O elemento masculino representava as águas superficiais, e o feminino associava-se às profundezas aquáticas.

A estátua do Paraná podia ser compreendida sem dificuldades a partir da tradição greco-latina, assim como o enunciado sobre o rio criador de fronteiras. Seria também compreensível enunciar que as montanhas, os marcos e as pedras fixam as fronteiras. Uma linguagem, assim esdrúxula, sobre objetos inativos que, de repente, começam a agir deveria nos parecer estranha e incompreensível. Contudo é nela e por meio dela que se efetua o sentido da fronteira, porque na tradição ocidental é comum personificar rios, pedras, marcos e montanhas. Até as pedras aplaudem;

as montanhas, outrora, eram gigantes; as estacas possuíam seu lugar no *pantheón* dos sentidos. Terminus, o deus romano encarregado de zelar pelas fronteiras, era uma estaca de madeira contendo uma cabeça humana esculpida no topo. A ausência dos membros divinos significava a sua imobilidade e a fixidez que lhe era própria, a longa duração e a estabilidade imperial.

Compreende-se, então, a riqueza da linguagem na qual e pela qual o rio da fronteira acontece. Percebe-se a sua magnitude porque as tradições européias e indígenas associaram-se, nesse campo, e um exemplo dessa amálgama de narrativas e sentidos é que, em meados do século XX, a cachoeira das Sete Quedas foi comparada ao estreito de Gibraltar e relacionada às Colunas de Hércules pelo etimólogo mineiro Antônio Joaquim de Macedo Soares (1942). Em meados da década de 1940, num estudo sobre a origem do nome Guaíra,⁵ o autor propunha que Guaíra é derivada da expressão *qua y rã*, uma inscrição gravada, muito antigamente, nas pedras da cachoeira de Sete Quedas. Escrito na língua guarani, teria um significado semelhante ao *nec plus ultra* (não vá adiante), o nenhum passo a mais, inscrito, segundo a tradição greco-latina, nas Colunas de Hércules.

A associação entre as Colunas de Hércules e o Salto das Sete Quedas pode ser considerada como uma narrativa de constituição da fronteira porque a Lápide do Gibraltar significa, ainda para alguns intérpretes, a linha de limites entre o mundo conhecido e o ignoto. Era uma narrativa ligada a um lugar, sendo aplicada a um outro espaço e gerando a expectativa de que o herói da Hélade andou pelas terras do continente americano, sob a aparência indígena. A hipótese da peregrinação de Hércules nas terras americanas não tardou muito a acontecer porque, na década de 50, Peregrino Vidal (s.d., p. 227) considerou que o herói primitivo dos guarani, pai Zumé,⁶ teria sido ninguém menos do que o filho predileto de Zeus. Como se vê, as tradições associavam-se num espaço sobre o qual havia, na época, um discurso acerca de fronteiras indefinidas. O nome da cachoeira de Sete Quedas era envolto em antigas narrativas sobre sete colunas de fumaça que o descobridor do Paraguai, Aleixo Garcia, avistara na sua primeira passagem por ali; das sete colunas, adviera o nome Sete Quedas.

O uso da imagem das colunas, igualmente, faz parte da tradição das regiões limítrofes, já que, na antiga cosmologia européia, o planeta

Terra era uma espécie de disco sustentado por quatro grandes esteios. Nos confins, como se sabe, encontrava-se o grande abismo. O rio Paraná podia ser relacionado às regiões abissais e compreendido como uma das colunas de sustentação do Brasil. Segundo Curt Nimuendaju Unkel (1987), os guarani que habitaram a região e seus remanescentes também conheciam a figura dos sustentáculos terrestres. Para eles, tratava-se de duas estacas de madeira deitadas em forma de cruz e, por isso, alguns intérpretes cristãos viram, ali, a figura da cruz de Cristo sustentando as terras guaranícas.

A tradição indígena é particularmente rica em relação ao rio e às suas cachoeiras. Em suas antigas narrativas destaca-se a figura da serpente, o primeiro animal que existiu e que nadava sobre as águas primordiais. O calor do sol fustigava-lhe o dorso fazendo com que soltasse a pele que originou a terra seca. A serpente é, pois, uma figura genética, a mãe de todos os rios – no guarani, *Paranamaia* –, também criadora das cachoeiras de Sete Quedas e do Iguaçu. Segundo a tradição dos guaranis, a *Mboiaçu* (cobra grande) raptou a filha do sol e fugiu pelo rio Paraná. Conforme essa narrativa, no lugar das Sete Quedas, que ainda não existiam, a *Mboiaçu* foi alcançada pelo astro enfurecido que matou o raptor com uma bola de fogo. A cobra ficou, desde então, sepultada no fundo do rio, e a neblina que aparecia naquela região era a prova do acontecimento. Trata-se de uma história sobre morte de uma “deidade”, que, diferentemente da tradição cristã, poderá, um dia, ressuscitar.

Não se pode dizer que a grande cobra era um deus porque, até o momento, alega-se que não foram encontradas evidências suficientes que confirmem a realização de cultos ofídicos entre os nossos indígenas. Todavia a mesma serpente, antes de ser morta, originou as quedas do Iguaçu atirando-se contra o leito do rio, em represália a um guerreiro indígena que lhe raptara a noiva. Era uma figura de força na cultura guarani. Diz-se que esses povos degredavam as jovens indesejavelmente grávidas numa ilha para que o ofídio julgasse sua conduta. Se, num tempo determinado, a donzela fosse devorada, estavam dados o julgamento e a sentença.

As narrativas da serpente representam somente uma parte das tradições indígenas e, conforme o andamento das pesquisas, surgiam novas e antigas histórias evidenciando que a história recente do rio Paraná é igualmente rica e desconhecida. Histórias de cortadores de erva-mate

e madeira, de descobridores e desbravadores, de viajantes e exploradores, como Tomás Allica,⁷ que se dizia um descendente direto dos cavaleiros espanhóis.

Se “Dom Tomás” considerava-se um cavaleiro do sertão, era fácil imaginar que Dom Quixote realizou algumas de suas andanças por essa região que era conhecida pelos guarani como o grande país das uíaras, pois Tomás e Quixote eram cavaleiros, sonhadores e espanhóis. O lugar da morada do grande jaguar azul⁸ e de onde se levantou, segundo a tradição, o lobo vermelho,⁹ para expulsar os invasores de suas terras.

O rio de tantas tradições foi visitado por tantos outros aventureiros, estudiosos que o descreveram e o narraram. São textos pouco conhecidos e encontram-se ainda, de certo modo dispersos, porque existem muitas outras formas de textos a respeito dos rios. Os artistas os representaram, e os poetas cantaram as suas grandezas. Por exemplo, o escritor uruguaio Eduardo Galeano diz que quando Cabeza de Vacca¹⁰ viu, pela primeira vez, as águas de Iguaçu, ajoelhou-se e contemplou Deus, pela vez primeira.

As águas do “velho Paraná”, mesmo que represadas, em grande parte, pelo lago de Itaipu, ainda nos assombram por sua grandeza e pelo desconhecimento ou, talvez, pelo nosso descaso para com elas. O rio, no entanto, é também considerado como a linha da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, o que lhe acrescenta um outro tanto de histórias e sentidos por ser um objeto dito e escrito de vários modos. Ela é expressa como um traçado imaginário na periferia geográfica das nações, como estabelecimento jurídico que separa os povos ou, ainda, na forma de um ponto de junção entre nacionalidades.

Pode ser que o fato de o rio Paraná pertencer a uma região de fronteira reforça as representações de lugares sem história, isto é, a tradição hegeliana. Talvez estejamos todos acostumados e interessados em narrar histórias dos grandes centros já que, dizem, é lá que as decisões importantes acontecem. Então, ensinamos nossos alunos a colher, a expor e a divulgar lendas européias e continuamos pensando a fronteira como a periferia do mundo.

Tradições do rio e da fronteira

Os textos escritos sobre a linha da fronteira geralmente pertencem a uma forma de linguagem mais sistematizada, ou seja, formatada

por teorias, conceitos e noções considerados mais precisos do que os pertencentes ao mundo das narrativas orais, das poesias e da linguagem cotidiana. A tradição sistemática pode ser ilustrada, por meio da história diplomática, da história das nações e dos estudos relativos à formação das identidades nacionais. Nesses tipos de escritos, o sentido de fronteira, via de regra, aparece como algo dado porque não há preocupação alguma com os sentidos preestabelecidos.

Sabemos, no entanto, que tais significados não emergem da natureza e que não existem, simplesmente, porque os pontos demarcados integram-se aos tratados internacionais e à legislação que rege as relações entre os países. Assim, consideramos que partir do pressuposto de que a fronteira existe porque faz parte das leis ou porque é uma imposição do Estado Moderno, dos impérios e dos processos de conquista do espaço implica negligenciar uma parte do fenômeno dos limites entre as nações. Além disso, narrar a história das batalhas, das guerras, dos acordos e das negociações sobre as linhas fronteiriças tem sido a forma comum de tratar esse objeto na perspectiva histórica. É o campo privilegiado da historiografia diplomática, tipo de narrativa que rendeu grandes volumes de textos escritos. Obviamente, as narrativas da guerra do Paraguai não apareceram na exposição feita pelos alunos de Santa Helena, porque o tema restringia-se às lendas.

A história diplomática, no entanto, torna-se uma ciência de médio alcance quando nos perguntamos a respeito do sentido que atribuímos ao termo “fronteira”. Por exemplo, se escrevemos a história da fronteira entre o Paraguai e o Brasil, geralmente, iniciamos a narrativa explicando que, logo após a descoberta das Américas, as coroas portuguesa e espanhola iniciaram o movimento de divisão de suas posses. Segue uma série de disputas, de batalhas, de negociações e, assim por diante, até chegar o momento em que a linha foi estabelecida.

Trata-se de uma escrita sobre acontecimentos ou referente a estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais. Evidentemente, a narrativa desses eventos e dessas estruturas oferece uma visão lógica e conexa sobre o devir de uma certa linha limítrofe, ou seja, a história de como esta tornou-se o que é. Tal escrita, geralmente rica em detalhes, oferece explicações coerentes e até mesmo fascinantes. Quando, porém, tomamos a fronteira com um objeto forjado nas disputas ou determinado pelas estruturas, isto é, como um dado, prejudicamos uma provável visão

mais ampla de história que nos permitiria adentrar no mundo preestabelecido de onde fluem os significados.

Partir do dado significa aceitar, de antemão, a existência efetiva da linha e incorporá-la aos nossos discursos como algo que extrapola o mundo da história. No caso da escrita sobre a linha dos limites, agregase aos acontecimentos diplomáticos, às guerras, às batalhas e às estruturas (fatos geralmente ligados ao dado “fronteira”) uma linguagem sobre as torções, as retificações das linhas, a plantação e o recolhimento de marcos fronteiriços. A coreografia dos traçados e balizas geralmente é vinculada aos interesses de grupos, às estruturas socioeconômicas ou culturais e ao contexto em que ocorrem. Os fatores explicativos para a “dança da fronteira” têm sido a defesa ou a ampliação do espaço, a vontade de poder, a ganância, as políticas de exploração, as dinâmicas do capital e o imperialismo cultural.

As linhas de limites, no entanto, podem ser compreendidas como algo que vai além do dado natural, pois a tese de que herdamos geneticamente a prática de estabelecer, defender e conquistar territórios é muito frágil. A existência das culturas nômades depõe fortemente contra o discurso de que a fronteirização natural é uma prática essencial à vida dos agrupamentos humanos. A noção de fronteira e o conjunto dos sentidos que lhe atribuímos têm uma historicidade e, disto, resulta um problema crucial para a escrita da história como temos visto até aqui. A grande questão é saber como, em nossa sociedade e para nós, as linhas de fronteira adquiriram um significado tão central? Ninguém pode escapar facilmente dessa artimanha porque, se pesquisamos e escrevemos sobre o rio e a fronteira, tomando-os como dados, eles significam, para nós, coisas naturais.

Pode-se dizer que, na linguagem científica ou sistemática, a palavra “fronteira” está profundamente vinculada aos termos Estado e território, pelo menos, do ponto de vista geográfico pois, como dizia Ratzel (apud MAGNOLI, 1997, p. 7),

[...] exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a geografia política; e embora mesmo a ciência política tenha freqüentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica uma teoria de estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro.

Assim, a fronteira geralmente vem sendo tratada como um fenômeno periférico e não sem razão lógica porque se o poder do Estado, o território, ou, ainda, o povo que o habita representam o fenômeno central, evidentemente, a fronteira é o dado periférico: o resultado da criação e da instituição dos Estados, da definição dos territórios e da construção das identidades nacionais.

Seguindo essa perspectiva, o geógrafo Demétrio Magnoli (1997, p. 12) pressupõe a existência de um poder coletivo e legitimador, “que manipula história e geografia, tempo e espaço, para gerar uma nação onde antes existia, quando muito, uma frágil zona cultural”. O texto de Magnoli parte da suspeita de que há uma tendência maquiavélica essencial em qualquer enunciado que não se impõe como crítica ao sistema. Se adotarmos tal preceito, uma exposição de contos qualquer estaria sob o signo da ideologia dominante. Tal desconfiança gera essa conotação denunciativa a respeito do imperialismo, o grande ícone das fronteiras. A denúncia, todavia, é uma atitude frutífera quando conseguimos fazer com que os culpados paguem por seus crimes. Há, porém, o inconveniente de que os estudos denunciativos podem ser utilizados para se fazer exatamente a coisa denunciada. Além disso, quando enfocamos o modo pelos quais os outros criam as fronteiras, esquecemos de evidenciar que nós mesmos consolidamos os sentidos da linha dos limites diuturnamente. Isto é, escrevemos grandes teses denunciando o imperialismo e os poderes centrais, contudo ensinamos em nossas escolas que as narrativas valiosas e merecedoras de atenção encontram-se nos centros distantes e que a periferia não tem nada para contar. Por esses motivos, o presente estudo não se caracteriza pelo viés da acusação.

Nossas pesquisas sobre o rio e a fronteira, portanto, evidenciavam a riqueza e a importância das tradições, a pouca valia dos estudos denunciativos e, por fim, as armadilhas da linguagem. Ciladas contidas no meio lingüístico que parecem evidenciar-se, sobremaneira, no limiar de fenômenos, tais como a linha dos limites e o rio, porque, em certa medida, escrever a história da fronteira implica estabelecê-la pelo simples fato de movimentar um determinado conjunto de sentidos. Dizer que o ato de expressar a fronteira implica a sua consolidação significa conscientizar-se de que poderíamos escrever teses afirmando que a linha de limites deveria passar em outro lugar; colocar-nos contra as fronteiras, pregando o fim de todas as linhas de limites. Mesmo, assim, estaríamos afirmando

sua existência. O ato de expressar-se sobre um objeto é sempre reiterativo porque, caso exista, reafirmamos sua pertença ao mundo; caso inexista, ou seja imaginário, ocupamo-nos dele. Para que ocorra compreensão, não se pode fazer referência a algo sem pelo menos um esboço de sentido. Falar, por exemplo, sobre dragões e ser compreendido é a prova mais evidente de que as bestas cuspidoras de fogo existem efetivamente no mundo da pré-compreensão. Do contrário não poderíamos compreender as coisas ditas e escritas sobre os “lagartos alados”.

O estudo da linha da fronteira evidenciava a insuficiência da epistemologia materialista, segundo a qual sabemos que os dragões não existem, porque jamais constatamos a existência de tais criaturas na realidade. A linha da fronteira, no entanto, apesar de sua impossível constatação no mundo real não é contestada; logo, ela é um dos répteis voadores da nossa cultura. Este é o demonstrativo mais evidente de que pertencemos a uma antiga tradição política, acadêmica e científica, talvez sistematizada por Ratzel, de que somente há Estado ou território quando existem fronteiras. Quanto ao dragão, pode-se aventar que somente passou a ser considerado como uma criatura da ficção depois de isolado e classificado como parte de uma antiga tradição na qual não havia distinções muito precisas entre a realidade e a ficção. Podemos nomeá-la de imaginário pré-científico, pré-positivo, idade metafísica ou mítica.

Pensamos que a descoberta de nossos monstros não nos deveria assustar, provocar alguma paralisia e, nem menos, mobilizar-nos a erguer novas cercas ou ampliar as fronteiras entre as “mitologias” e as “realidades”. Em vez disso, consideramos tal encontro uma ocorrência da exposição e da autoconsciência das tradições às quais pertencemos, ou seja, o ponto de partida da construção dos sentidos da fronteira e do rio.

Nossa tradição mais influente talvez seja a científica, mas ela não nos isenta, como intérpretes, da influência exercida pelo campo das coisas preconcebidas. Resta, pois, que em todos os níveis da elocução, na poesia igualmente, sempre compreendemos o mundo a partir de tradições, e nessa perspectiva trabalhamos duas poesias referentes ao Paraná.

Enquanto catalogávamos as poesias sobre o rio e a região oeste, uma das primeiras constatações foi a de que, nas bibliotecas e acervos visitados, é muito maior o número de poemas dedicados ao rio Iguaçu do

que ao Paraná. A proporção deve ser, talvez, de oitenta por cento. Esse dado, em si, já nos intrigou porque, de acordo com as classificações geográficas, o Iguaçu é um afluente do rio principal, Paraná. Logicamente, a poética diferencia-se da geografia, e as ocupações dos “cantadores” dos rios são distintas daquelas classificações minuciosas realizadas pelos geógrafos. Todos podemos concordar e divagar sobre as especificidades dos conhecimentos e das linguagens, estabelecer a crítica e lamentar a fragmentação dos saberes, herança maléfica da pedagogia e do pensamento positivista, cientificista e metódico.

Há, no entanto, algo perturbador no discurso sobre as águas, pois, normalmente, nem os geógrafos, nem os poetas, questionam-se acerca da classificação maior, ou seja, da designação “rio”. Isto indica que “esquecer” o rio não é apenas um costume de jovens inocentes moradores de suas margens, deslumbrados com as histórias de terras distantes. De uma forma geral, estamos todos seguros de que um rio é um rio, não é um mar, não é um córrego ou uma quantidade de águas qualquer. É o termo que usamos para compreender o que se enuncia sobre os cursos de água. Diríamos que os poetas improvisam desprezando as hierarquias estabelecidas pelo saber geográfico, valorizando mais um afluente do que um rio principal. Dificilmente, atentamos para o fato de que a divisão primeira, mar-rio-ribeirão-córrego-valo-sargeta, permanece intocada, o que significa que a hierarquia de fundo continua inalterada.

Tal constatação nos fez pensar que a linguagem sistemática e científica e a poética igualmente abrangiam apenas uma parte do conjunto imenso de enunciados sobre o rio, e a leitura de alguns textos sobre nação e fronteiras reforçava essa hipótese. O texto de Magnoli, citado anteriormente, por exemplo, confirmava-a porque, se os enunciados sobre o rio fossem todos homogêneos, não seria necessário efetivar as distorções da história, da geografia, do espaço e do tempo para gerar uma nação e, por conseqüência, as suas fronteiras.

Com efeito, a linguagem oral e as narrativas populares podem ser consideradas como um campo privilegiado para esse tipo de investigação porque ali escapa-se ao compromisso com o sistemático. Podemos descobrir outras formas de tratar a fronteira estudando tais narrativas. E, mais ainda, elas constituem-se como oportunidades para nos percebermos na qualidade de sujeitos pertencentes à antiga tradição das linhas de fronteira. Considerávamos que a arte poética situava-se nas proxi-

midades da oralidade e da linguagem cotidiana porque os padrões seguidos para a sua elaboração, em alguns casos, podem ser menos rígidos do que os utilizados no âmbito da linguagem científica, mas no fazer compreensivo até mesmo os poetas recorrem aos sentidos dados.

Rios, poemas e fronteiras

As poesias que recolhemos são textos escritos sobre a vida em torno do rio da fronteira e identificamos nelas alguns subtemas, como, por exemplo, o comércio, a burocracia, a religiosidade, o trabalho e a morte.

O poeta Luiz Carlos Salami (1976) associa o afogamento de um jovem às antigas narrativas sobre as sereias. Trata-se da história de um rapaz que

foi de encontro ao silêncio quase úmido que encobre as águas do rio Paraná [...] o rumorejar das águas deste rio tem um quê de canção, canção que muitas vezes/se transforma em tentação. Será que lá, bem no fundo do Paraná, na fenda d'alguma/rocha milenar, não estará oculta a uiara? (SALAMI, 1976, p. 11)

A figura da uiara evidencia o pertencimento do autor a uma tradição porque a região oeste do Paraná foi antigamente conhecida como País das Uiaras, ou seja, das mães d'água, entidades associadas a algumas culturas indígenas sul-americanas, tais como a guarani. Eram donzelas que moravam no fundo das águas e, graças aos seus encantos, atraíam os homens para as profundezas aquáticas, fazendo-os morrer afogados. Os antropólogos de tendência naturalista¹¹ sustentaram que narrativas como esta não passavam de um recurso explicativo a que os indígenas e seus descendentes recorriam a fim de esclarecer as mortes das pessoas por afogamento. As uiaras, mesmo desprovidas do clássico rabo de peixe, foram associadas às sereias da tradição européia.

A junção dessas duas figuras pode suscitar várias questões e me faço a seguinte: quem necessita de sereia quando pode afogar-se nos braços das uiaras? Salami apresentou uma pergunta bem mais sofisticada sob o ângulo genético dos seres aquáticos: “quem pode duvidar que as sereias dos mares gregos migraram para a terra das araucárias e

da gralha azul?” (p. 11).¹² Evidentemente, o sentido da migração dessas criaturas é metafórico e da mesma ordem que a transposição das Colunas de Hércules para as Sete Quedas. Ao mesmo tempo, porém, detecta-se aí uma antiga tradição que versa sobre a importação de idéias. Trata-se de um discurso, muitas vezes de cunho cientificista e denunciativo, por meio do qual afirma-se que as elites brasileiras raramente foram originais e dedicaram-se a copiar suas idéias daquelas criadas pelos povos do Primeiro Mundo.¹³ Suspeita-se que a prática de buscar ou mandar vir objetos e idéias de outros países seja uma herança dos períodos coloniais e, desta vez, nem mesmo os indígenas escaparam à crítica. Penso que há algo de verdade na denúncia, mas examinemos a questão mais de perto já que as leituras contextualistas¹⁴ reduzem-se a situações predefinidas.

É apropriado aplicar a teoria e os conceitos da dependência (CARDOSO & FALETTI, 1984) no âmbito econômico, assim como é possível estabelecer uma economia dos significados. Penso, todavia, que o mundo da linguagem pode ser visto através de um ângulo mais amplo do que o econômico, porque a linguagem é o lugar no qual a própria economia vem à compreensão. Como os sentidos sempre se completam a partir das tradições, ou seja, do mundo das pré-compreensões que os sujeitos transportam consigo, os europeus que chegaram às Américas puderam compreender facilmente o que era uma uiaira, uma vez que pertenciam a uma tradição na qual existia a figura da sereia. É, portanto, na e pela linguagem que as mulheres-peixe “migram para a terra das araucárias e da gralha azul”.

A equivalência de significados entre os termos “sereia” e “uiaira” é mais do que uma simples importação de idéias e uma tradição que os europeus trouxeram consigo, pois evidencia o nosso pertencimento a um conjunto de significados preestabelecidos. Se em nossos textos e exposições o termo “sereia” e a sua figura são mais utilizados do que os da uiaira e se essa entidade que atormentou os marinheiros europeus ainda nos serve melhor para compreender as mães d’água, é porque conhecemos e divulgamos mais a tradição greco-latina. Se, do contrário, a nossa tradição fosse indígena, talvez suspeitaríamos que as uiairas tivessem migrado para as águas do Mediterrâneo.

Haveria, no entanto, um argumento mais realista vinculado ao saber científico porque, devido à tradição na qual nos movemos,

certamente diríamos não ser plausível que as donzelas encantadas dos guarani tenham habitado os mares gregos e romanos, uma vez que esses povos são mais antigos que os indígenas. Dessa forma, as ciências do tempo, dos ensinamentos e das origens imbricam-se para reforçar o argumento: de um lado, a história linear, evolucionista, de onde retira-se o parâmetro de avaliação da antiguidade dos povos; de outro, a pedagogia tradicional enuncia que alguém transmite o conhecimento e outro assimila, sendo que, em geral, os mais jovens aprendem com os mais idosos. Por fim, recorreríamos a história genética das idéias, a partir da qual se deduz que os conceitos, as teorias e as representações originam-se num determinado espaço geográfico e dali migram para outros lugares, ramificando-se e ampliando-se. Tal espaço, para nós, tem sido a Grécia, ou, no mínimo, o velho continente.

O lastro científico oferecido pela junção desses saberes derrubaria a hipótese em favor da primazia das uíaras, estabelecendo um marco plausível entre a ficção e a realidade no “dilema” sobre as entidades das águas, ou seja, do ponto de vista científico é menos problemático perguntar se as sereias migraram para as Américas. Isto nos permite constatar que Salami escreve uma poesia dentro das tradições científicista e greco-romana. Possibilita, igualmente, um questionamento sobre as tradições nas quais nos movemos: quem, dentre nós, escrevendo textos científicos, inverteria as histórias, uma vez que mesmo no campo lírico isto pareceria um atrevimento?

A poética, nessa perspectiva, não nos parece o espaço da pura criação, ou melhor dizendo, a criação poética se dá, igualmente, a partir de tradições. Conjunto de sentidos pré-postos que identificamos a partir deste outro verso em que, conforme o poema de Salami, o jovem afogado “foi ao encontro do silêncio quase úmido que encobre as águas do rio Paraná/O rumorejar das águas deste rio tem um quê de canção, canção que muitas vezes se transforma em tentação” (p. 11).

Expressões não usuais como “silêncio quase úmido” provocam a impressão de serem rupturas nas tradições do rio, mas, convenhamos, não é próprio considerar como um ato genial¹⁵ qualificar substantivos conhecidos, tais como silêncio, utilizando adjetivos do domínio comum, tipo úmido. A vulgaridade da figura, todavia, não elimina a beleza do poema porque tratamos de evitar a estética do gênio¹⁶ quando nos propomos perceber as tradições nas quais as poesias ocorrem.

Salami contrapõe o silêncio ao rumorejar das águas do velho Paraná, pois era bastante comum representar a cachoeira das Sete Quedas como a quebra do silêncio dessas águas. Referir-se ao som das águas era um artifício comum para representar os rios desde, pelo menos, a escrita da carta do capitão de granadeiros Cândido Xavier, que, em meados do século XVIII, chefiou a expedição de descobrimento do Igurei, rio que deveria servir como marco entre as terras de Portugal e Espanha. Julgava-se que um curso de águas com esse nome seria localizado há cerca de nove léguas abaixo das Sete Quedas, mas jamais houve um acordo sobre a sua existência. Xavier, no entanto, escreveu que o silêncio das águas do Paraná era quebrado por um sem-fim de redemoinhos e bombas d'água que o rio fazia ao cruzar a serra de Maracaju.¹⁷

A quebra do silêncio das águas do oeste é descrita e comentada em diversos textos, que, por sua vez, articulam-se com tradições ainda mais antigas, tais como o discurso do paraíso terrestre. Conforme essa narrativa de cunho eminentemente cristão, o lugar da origem da humanidade e de todos os grandes cursos de água do planeta localizava-se em um sítio tão alto que o barulho das águas que de lá desciam fazia os habitantes das regiões próximas nascerem todos surdos.

O texto de Salami, mais comedido, contém a expressão “rumorejar das águas”. O termo “rumorejar” tem o sentido prosaico de sussurro continuado ou de fazer correr boato, pois o rumor é o som produzido por coisas que mudam de lugar, ou seja, trata-se de um ruído confuso. Evidentemente, as águas movimentam-se muito, as cascatas e os leitos de rios, menos. A sonoridade confusa ou caótica é o oposto da harmonia, um conceito clássico da música. Vê-se, portanto, o jogo dos contrários utilizado por Salami, pois o barulho tem um quê de canção.

A figura das oposições é bastante utilizada na tradição ocidental para representar, descrever e narrar as histórias dos rios. A história tradicional do Egito serve como ilustração. Comumente, afirma-se que o país dos faraós é uma dádiva do Nilo. Escreve-se e ensina-se nas escolas que a civilização egípcia somente foi possível graças ao regime das águas daquele rio que tornavam férteis as suas margens. Dessa forma, o regime das águas do Nilo representa a luta da vida contra a morte, o grande jogo dos opostos.

O rio Paraná foi, também, representado como o lugar da morte. Conforme um texto de Manuel Rufino dos Santos (1992, p. 154),

na guerra do Paraguai, com os rios entupidos de cadáveres, ninguém ligava para providências simples como ferver água e lavar as mãos depois de se aliviar. Entrando nos estômagos os diabinhos microscópicos gastava somente três horas para se multiplicar. E ia matando milhares e milhares de coitados, fardados ou não... vibrião da cólera.

Da mesma forma, a historiadora Venilda Saatkamp (1984) apresentou o rio, mais especificamente, um de seus saltos, o Carapan, como espaço do extermínio: “era um salto de difícil transposição, tendo causado o afundamento de diversas chatas de erva-mate, não deixando nenhum sobrevivente” (p. 29). A autora não citou provas documentais sobre esses trágicos acontecimentos, muito menos, sobre os óbitos referidos e, no entanto, o rio aparece como uma entidade violenta e voraz. Assim, também, descreveu-o Arthur Franco (1973, p. 56), um agrimensor encarregado de medir terras na região oeste. Numa de suas viagens pelo rio, ocorrida no início do século XX, escreveu:

Do salto de Carapan para cima, até o porto de São João, a corrente do Paraná é mais violenta e agitada [...] os borbotões e redemoinhos que rebentam a superfície são de tal violência que se tem a impressão de navegar em mar agitado, pois a lancha é sacudida violentamente pela correnteza nos seus desordenados movimentos e os vagalhões vêm rebentar contra o cortado da lancha.

Embora a parte descrita por Arthur não expresse a morte, pode-se dizer que a sua exposição lembra os escritos de Dante Alighieri sobre os quatro rios do inferno, já que as águas do Fleguetontes, por exemplo, são ferventes.

Na tradição cristã, o inferno é a região dos mortos, portanto, na linguagem do rio de tantos óbitos, a região da fronteira é o lugar onde termina a existência. O sentido das regiões confinantes é uma tradição do Estado Moderno, pois, aqui, a fronteira é considerada como o lugar onde cessa a tranqüilidade oferecida pela organização estatal. Este lugar era identificado como um rio, depois lago, figurado como um monstro que devora seres humanos e que, de certa forma, se autodestrói, como se depreende do poema “Sete Quedas espelhando meu destino” escrito por Pléas Robert Hawthorne (s.d., p. 274).

Diferentemente do texto de Salami, escrito em 1975, o texto de Hawthorne foi elaborado no ano de 1996, após a inundação das Sete Quedas. É que foi construída uma barragem para represar as águas do rio e movimentar as turbinas da hidrelétrica de Itaipu. O fechamento das comportas da represa ocorreu em 1982 e, em cerca de trinta dias, o lugar onde se localizava a cachoeira estava totalmente encoberto pelo lago.

O poeta focalizou esse dado e organizou seu texto a partir de duas figuras em evidência: a cachoeira encoberta pelas águas e uma pessoa que perdera a capacidade de mover as pernas (essa personagem é o autor do texto). Acrescentou uma observação ao seu poema: trata-se de um “pensamento” ocorrido quando viu, pela primeira vez, as Sete Quedas inundadas. Ali, ele vivera parte da adolescência correndo pelas pontes de cabo de aço que possibilitavam a passagem dos visitantes para o outro lado dos canais ali existentes.

Aqueles estreitamentos do rio foram comparados ao corpo, pelo autor, seguindo a velha tradição greco-romana em que o rio é representado conforme o modelo dos corpos animais porque possuem membros. A partir deste esboço executou um jogo comparativo:

Sete braços de água, que as quedas formavam
duas magras pernas, que nas tuas pontes caminhavam;
Sete canais, que em nome deste progresso inundara
duas pernas magras, que nunca mais a terra pisaram.

(p. 274)

O poema, de vinte e um versos, é inteiramente montado na forma de um *salterium* em que o segundo verso reflete e reforça o conteúdo do primeiro. No primeiro, encontram-se os sete braços; no segundo, as duas pernas. Pernas atrofiadas devido à paralisia; braços paralisados por causa da barragem. No conjunto, os versos fundamentam-se na contra-imagem de uma entidade monstruosa, se empregarmos essa palavra no sentido de natureza deformada.

As narrativas sobre monstruosidades, no ocidente, foram muito mais utilizadas em outras épocas, e isto pode ser evidenciado por um estudo comparativo das produções literárias. É possível reconhecer um tipo de literatura especializada nesses assuntos. O livro de Alfredo

D'Escragnolle Taunay, comentado por Mary Del Priore (1998, p. 22), é um exemplo riquíssimo de referência a essa forma de produção escrita. No texto da autora afirma-se que

as imagens literárias por ele escolhidas, além de sobreviverem no interior de determinados sistemas de pensamento, sempre resumiram as tendências de certas correntes de idéias, estabelecendo a continuidade de uma tradição de mirabilia.

Minha preocupação, neste artigo, com a imagem do monstro encontrada na poesia de Pleas não se resume a detectar sua sobrevivência ou a continuidade das tradições, pois considero que a tradição é o todo no qual e pelo qual as partes – o objeto da compreensão – adquirem sentido. Isto quer dizer que, se não houvesse um conjunto de sentidos preestabelecidos sobre pernas, braços, números, corpos e animais deformados, jamais poderíamos compreender o poema de Hawthorne. Há, portanto, um conjunto de sentidos equiparando um trecho de rio e um membro do corpo humano, o abismo e a garganta, a foz e a boca, o som das águas e a voz humana, a morte do homem e a extinção do rio e, no referido poema, a paralisia do rio e do homem.

O corpo que representa o rio Paraná, no poema de Hawthorne, não segue o padrão das figuras clássicas que expressam um ideal da beleza por meio da simetria e das formas perfeitas, assim como era o caso das estátuas dos velhos e do casal indígena. Trata-se de uma forma imperfeita e nada simétrica: alguma entidade com sete braços e duas pernas. Um ser exótico facilmente associável a regiões terminais, a terras longínquas, à terra dos mortos, habitada por seres fantásticos como as uíaras.

As mulheres encantadas das águas sul-americanas, porém, não seriam, propriamente, deformidades da natureza, mas, a partir da tradição naturalista e da cientificista, pode-se dizer que fazem parte de um mundo imaginário, assim como a criatura de sete braços e duas pernas evocada no poema em questão.

O mundo dos corpos humanos monstruosos “tributários da literatura teratológica medieval” pode nos parecer esquisito, inútil, telúrico, e fora de uso. Todavia, inegavelmente, faz parte da nossa tradição, ou seja, chega até nós de alguma forma, pois, do contrário, não poderíamos

compreendê-lo. Trata-se de um espaço habitado por seres imaginados e imagináveis:

[...] entre estes havia uns com quatro olhos e outros com um só, outros nem cabeça, tendo as feições da cara perto do peito, outros nem nariz, outros com beijo superior tão cumprido que lhes poderia cobrir o rosto, outros quase sem braço, outros ainda com os pés tão grandes que lhes serviam de barraca ao deitarem, outros mais ainda com pés de boi e não menos oito dedos em cada pé ou mão. (TAUNAY, 1998, p. 175-177)

Um monstro com sete braços pode ser até mais bizarro do que outro, possuidor de oito dedos em cada mão ou pé, embora saibamos que o assombro do Paraná seja uma figura e que o poeta nem mesmo faça alguma hipótese sobre a existência de tal criatura. O leitor informado ou aquele que conheceu o lugar sabe, imediatamente, tratar-se da cachoeira das Sete Quedas, quer pelo título da poesia de Hawthorne, “Sete Quedas espelhando meu destino”, quer pelo primeiro verso: “sete fortes braços de água que as quedas formavam”. Além disso, encontramos outras pistas a nos indicar que o texto refere-se à antiga cachoeira do rio Paraná, tais como: “pernas que nas tuas pontes caminhavam”. Trata-se de um indício forte porque as margens formadas pelos canais dos saltos eram ligadas por meio de pontes suspensas para que os visitantes pudessem chegar ao outro lado e melhor apreciar as quedas d’água.

O verso seguinte refere-se a olhos que “pelos teus vapores sonhavam”. Como vimos antes, diz a tradição que o nome Sete Quedas, a denominação brasileira da cachoeira que também é e foi conhecida como Salto del Guairá, e Cainendu, deve-se a Cabeza de Vacca, governador do Paraguai, que ao chegar àquelas paragens teria avistado sete colunas de vapor sobre as quedas d’água. O quadro, porém, vai tornando-se mais claro à medida que a poesia desenvolve-se, como que esboçando uma paisagem guardada na memória, pois trata-se de “sete canais que em nome do progresso inundaram”. Indício particularmente forte este, porque o poema foi escrito no ano de 1996 e a cachoeira foi inundada em 1987, afirma-se, em nome do progresso, já que um dos objetivos era a construção da hidrelétrica de Itaipu.

Por fim, Hawthorne localiza geograficamente o leitor, com o seguinte verso: “Sete Quedas o orgulho dessa velha Guaíra encantada” (p. 274). O discurso de que o progresso da cidade de Guaíra devia-se quase que exclusivamente à atividade turística propiciada pela existência da cachoeira foi particularmente forte no período de projeção e de construção da barragem, entre os finais da década de 1960 e 1970. A eminência do alagamento das quedas, das terras produtivas e dos lugarejos localizados às margens do rio gerou a mobilização das populações afetadas, desencadeando o pagamento de indenizações aos atingidos e *royalties* aos poderes locais.

Em razão de tantos indícios fica evidente ao leitor concluir que a entidade exótica é a cachoeira de Setes Quedas. Completará, facilmente, o sentido considerando que o esboço de criatura com sete braços e duas pernas não reflete a realidade e que pertence ao mundo imaginário, a uma tradição dos tempos passados, a uma linguagem de sentido suspenso porque não espelha o real. Concluiríamos, então, que a linguagem poética da fronteira é um instrumento eficaz para compreender e expressar o real e o imaginário do rio/fronteira.

O arremate, no entanto, seria diferente para alguém que desconhecesse todas essas tradições, os sentidos dos braços, das pernas, dos monstros, das mulheres, dos peixes, das migrações, dos heróis, dos rios, dos números, das colunas, dos deuses, das cobras, dos Estados, dos povos, dos corpos e dos números. Ora, o número de canais era muito maior do que sete e costumava-se dizer que, quando o rio Paraná encontrava-se com a serra do Maracaju, dividia-se em um “sem-número de canais” formando o Salto das Sete Quedas. A quantidade de canais variava conforme o volume das águas. Portanto, se o monstrengo de sete braços era fictício, o número expressando a quantidade de canais era, igualmente, imaginário. Acrescentemos, ainda, que o nome da cachoeira, do mesmo modo, não representa exatamente o número das quedas d’água, porque algumas fotos desta região, tiradas por satélite durante a década de 1990, permitiram identificar vinte e duas delas.

Talvez a tradição cientificista provoque-nos a tentação de expulsar a criatura deformada para o mundo imaginário e de modificar o nome da cachoeira para Salto. Mas salto não é uma boa palavra porque água não salta. Talvez, Cachoeira das Vinte e Duas Quedas. Mas se Cachoeira origina-se de cacho, que é mais próprio das frutas, teríamos ainda de

resolver a difícil questão se realmente a água cai. Para ser mais preciso, atualmente, o nome mais expressivo seria “não mais vinte e duas”.

A ironia sobre a nomeação das Sete Quedas não nos conduz a imaginar a impossibilidade da linguagem, mas a perceber que a incursão pelo mundo da pré-compreensão nos permite o reconhecimento do fazer compreensivo, evidenciando o nosso pertencimento a determinadas tradições que nos fazem parecer meninos e meninas expondo lendas européias às margens de um depósito de histórias locais. Trata-se de uma atitude filosófico-metodológica fundamental para todos nós que pretendemos evitar as armadilhas da linguagem, ou seja, driblar o fluxo dos sentidos que nos induz a afirmar coisas que desejaríamos não dizer ou preferiríamos expressar de outro modo. Além desse benefício maior, resta que tal método de pesquisa proporciona o conhecimento dos saberes locais que podem ser utilizados como materiais didáticos.

Aparentemente, repito, não há muita diferença entre o uso de narrativas européias ou autóctones para o ensino da História ou da Língua Portuguesa, mas isto não passa de uma ilusão provocada pelo nosso sistema escolar. Imaginemos uma primeira situação em que os alunos aprendem as matérias da grade curricular utilizando-se de narrativas conhecidas e exóticas, tais como a Branca de Neve, o Chapeuzinho Vermelho ou o Gato de Botas. O resultado pedagógico será que os alunos, para além dos conteúdos curriculares, entram em contato com histórias já conhecidas. Numa situação segunda, os alunos utilizam-se de histórias locais, melhor ainda se desenvolvem pesquisas para recolhê-las, trabalham com materiais cujas possibilidades de aplicação ainda não foram testadas. No segundo caso, estão fazendo aquilo que Michel Foucault chama de recuperação dos saberes esquecidos.

É pressuposto aceito pela maioria dos pedagogos que o aprendizado ocorre de maneira mais fácil e completa quando partimos da realidade do aluno. Normalmente, tem-se resumido esse ponto de partida à situação socioeconômica do aluno, um aporte demasiadamente vago. Por exemplo, estudamos Português com nossos alunos falando sobre os castelos, os príncipes encantados, as princesas, às vezes, refletindo sobre as formas pelas quais a elite medieval explorava os servos. O saldo, no entanto, seria muito maior se falássemos do rio, do lago, das Sete Quedas, das uíaras, dos monstros do rio, das colunas de fumaça, do casal de indígenas, dos velhos que são rios, do Carapan, do

rio fervente e da canção do rio. Partir do local não prejudica uma visão crítica porque aqui também há e houve exploradores e espoliados. Partir do local para chegar ao geral pode ser uma boa estratégia de ensino, pois o aprendizado terá como fundamento a situação cultural do aluno e do professor.

Pode-se argumentar que as histórias remotas do rio e de seus antigos habitantes não fazem parte da cultura local porque docentes e discentes não as conhecem. No entanto, a paisagem da região faz parte do cotidiano dessas pessoas. Elas ouvem falar das Sete Quedas, dos indígenas da região, do espaço que lhes é próximo, visível e existencial. Isto não quer dizer que o local seja determinante para o aprendizado, mas sim que a diferença no saldo final, em termos de produção do conhecimento, será extremamente positiva.

Retomemos as duas situações de aprendizagem imaginadas. Numa, os alunos aprendem os conteúdos curriculares a partir de narrativas locais. Noutra, os conteúdos são aprendidos partindo-se de narrativas oriundas de terras distantes, como, por exemplo, as européias. Digamos que os dois venham a trabalhar como guias turísticos. O primeiro poderá mostrar o rio e o lago falando sobre esses locais, narrando histórias vinculadas ao espaço, referindo-se a coisas ainda desconhecidas, que estiveram ali, durante muito tempo, esperando que alguém lhes explorasse as potencialidades. O segundo falará dos assuntos que aprendeu na escola, temas desgastados e de difícil relação com o local. Se os dois tornarem-se historiadores, geógrafos, escritores ou poetas, valerá o mesmo. Valeria o mesmo se, por fim, escolhessem o magistério, já que as exposições realizadas em nossas escolas aproveitariam o valor local ao invés de realizarem apenas as necessárias, mas improdutivas denúncias contra o processo de globalização.

E os poetas? Para nós, aplica-se o mesmo... Professores, alunos, historiadores e poetas talvez aprendêssemos a escancarar e denunciar as tradições nas quais e pelas quais compreendemos o mundo; no que diz respeito ao tema da fronteira e do rio temos interpretado as fronteiras como coisa dada, os rios como limites, os centros como lugares mais importantes, a América como terra sem história, os alunos e professores do ensino médio e fundamental como criaturas ingênuas e nos imaginando como sujeitos extremamente conscientes.

Abstract

LOCAL MEMORIES, TRADITIONS AND KNOWLEDGES PRODUCTION: EDUCATION AND HISTORY

This paper presents a study on referring narratives, images and poems to the River Paraná. It is treated to understand them from the traditions on the rivers, waters, the border, legal and the forms of production of knowing in the classrooms of the region West to them of the Paraná. It has been broken of an activity of form education carried through to interdisciplinary where one used European stories as material of work for the education of Portuguese and History. In this text, it is looked to demonstrate the importance to use local histories for the pertaining to school activities therefore represent an unexplored potential for the construction of the knowledge and as a form to evidence our traditions.

Key words: Production of knowledge, hermeneutic, history.

Notas

1. O projeto "Hermenêutica de fronteiras" desenvolveu-se entre meados de 2001 e 2003. Está em fase final e vincula-se à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Unioeste como Projeto de Iniciação Científica.
2. A pesquisa foi realizada em cerca de dez municípios da região oeste, nos quais se visitaram principalmente as bibliotecas municipais.
3. Este autor parte do princípio filosófico heideggeriano de que os seres tornam-se compreensíveis na e pela linguagem e que, por esse motivo, a compreensão ocorre sempre a partir de tradições. Dessa forma, todo intérprete está envolto no mundo da linguagem, o que aplicamos para o nosso trabalho de historiador, modificando a concepção tradicional de fonte histórica. A fonte é o lugar no qual nos espelhamos porque, ao interpretá-la, tornam-se evidentes as tradições em que nos movemos. Colocamos, então, os sentidos dos termos em suspenso para investigar por que os compreendemos de uma determinada forma. E, assim, as tradições nas quais eles se dão vêm à tona.
4. O monumento a Dom Pedro I encontra-se, atualmente, na Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro.
5. As cidades de Guaíra, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena fazem parte dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu.
6. A narrativa de pai Zumé vincula-se ao uso da erva-mate e ao caminho do Peabiru. Conforme o historiador paranaense Romário Martins, os indígenas

narravam a história de um personagem que lhes ensinara a utilizar as folhas da *Illex paraguayensis* anteriormente considerada como venenosa. Os europeus associaram tal personagem ao apóstolo Tomé porque, segundo uma antiga tradição cristã, depois da morte de Cristo os apóstolos teriam partido para as terras distantes a fim de pregar a sua doutrina. Tomé teria vindo para a América e, a exemplo de Tiago, que estabelecera o famoso caminho que leva seu nome no continente europeu, teria fundado o caminho do Peabiru, como dizem, uma velha trilha indígena que segundo os paranistas atravessava o Estado do Paraná no sentido leste-oeste.

7. Dom Julio Tomas Allica, como o chama Rui Wachowicz, foi um dos grandes exploradores da erva-mate e da madeira na região oeste do Paraná, no início do século passado. Fora engenheiro do exército argentino e refugiara-se no Paraguai. Allica considerava-se um descendente da nobreza espanhola, que, em homenagem à região da Espanha de onde migrara sua família, deu o nome de Artaza ao porto onde embarcava os produtos extraídos de sua propriedade.
8. Na tradição guarani, o jaguar ocupa um lugar de destaque; este povo considera-se filho deste felino. O jaguarivi, a onça azul, era um animal que habitava os portais da região dos mortos e, um dia, viria destruir a Terra.
9. Em alusão ao lobo-guará e ao lendário cacique Guairacá, lobo da floresta, que teria reunido várias tribos para expulsar os europeus desta região.
10. Conforme a historiografia oficial paranaense, em 1541, o espanhol Cabeza de Vacca partiu do litoral catarinense, com uma comitiva, para assumir o governo da região onde hoje se localiza o Paraguai.
11. Para os naturalistas, os mitos eram personificações de objetos ou fenômenos naturais.
12. O Paraná foi considerado pelos defensores do paranismo como a terra da araucária e da gralha azul.
13. Conforme José Murilo de Carvalho (1990), por exemplo, “o fenômeno de buscar modelos externos é universal. Isso não significa, no entanto, que ele não possa ser útil para entender uma sociedade particular. Que idéias adotar, como adotá-las, que adaptações fazer, tudo isso pode ser revelador das forças políticas e dos valores que predominam na sociedade importadora [...] O império realizara uma engenhosa combinação de elementos importados”.
14. Forma de interpretação de textos que recorre ao contexto de sua produção. É largamente utilizada no campo da escrita da História, de modo que muitos historiadores sustentam ser impossível escrever história sem recorrer aos contextos. Baseio-me nas reflexões de Gadamer de que os contextos são

inventados para que as interpretações adquiram sentido. Dessa constatação retiro que é necessário incluir o mundo do intérprete para que a construção dos sentidos que fazemos apareça em toda a sua historicidade.

15. Genial, no sentido da estética kantiana. Conforme a doutrina de Kant, considera-se que o ato criador acontece na ruptura das tradições. Para nós, a compreensão sempre acontece a partir de tradições, inclusive os atos criadores.
16. A estética do gênio baseia-se no pensamento kantiano e no pressuposto de que o belo se dá quando o gênio rompe com o que é comum, ou seja, quando o artista consegue criar algo novo rompendo com as tradições. Cf. o primeiro capítulo de Gadamer (1993) sobre a reflexão estética.
17. A serra do Maracaju é uma cadeia de montanhas localizada na intersecção com o rio Paraná, na altura onde se localizava a cachoeira das Sete Quedas.

Referências

- CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. 9. ed. São Paulo: Cia. da Letras, 1990.
- FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Curitiba: Imprensa do UFP, 1973.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 5. ed. Salamanca: Sígueme, 1993.
- HAWTHORNE, Pléas Robert. *Faminto de afeição*. Maringá: Bertoni, [s.d.].
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: Moderna, 1997.
- SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel: Assoeste, 1984.
- SALAMI, Luis Carlos. *Guaira, a última queda*. Toledo: Grafo-Set, 1976.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *História, histórias: Brasil Império e República*. São Paulo: FTD, 1992.
- SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 177, 1942.
- TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. Monstros e monstregos do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *Esquecidos por Deus*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- UNKEL, Curt Nimuendaju. *As lendas da criação do mundo com fundamentos da religião dos apococuva-guarani*. São Paulo: Hucitec, 1987.

VIDAL, Peregrino. A América pré-histórica e Hércules escumados da filologia sumérica. In: DONATO, Hernani. *Dicionário de mitologia*. São Paulo: Cultrix, [s.d.].